

DIREITO AUTORAL E COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA: DISCUSSÕES ACERCA DO OPEN ACCESS.

COPYRIGHT AND SCIENTIFIC COMMUNICATION: DISCUSSIONS ABOUT THE OPEN ACCESS.

Maria Naires Alves de Souza¹

Denyse Maria Borges Paes²

Rafael Gomes Fernandes³

Resumo: Na sociedade contemporânea, o acesso à informação científica é limitado por diversas barreiras impostas pelos ordenamentos jurídicos que defendem a propriedade intelectual. Objetiva-se, aqui, discutir e analisar as dissonâncias existentes entre o Direito Autoral e o acesso à produção científica com o fim de identificar seus impasses e alternativas. Para a construção dos argumentos ora apresentados foi empreendida pesquisa bibliográfica e documental seguida de leituras e discussões em grupo. Evidenciou-se que o Direito Autoral brasileiro resguarda o autor ou titular (editoras) em prejuízo ao acesso à produção científica, produção esta, muitas vezes financiada com recursos públicos, como é o caso das Universidades Públicas. Como alternativa a tais impasses, verificou-se uma diversidade de iniciativas em vários países em prol do acesso aberto. Observa-se que existe apenas um número limitado de repositórios abertos institucionais no Brasil, embora se perceba uma tendência crescente para criá-los. Faz-se necessário o compromisso de todos aqueles envolvidos na produção do conhecimento científico, como também daqueles que gerenciam o patrimônio cultural. Há que se garantir aos repositórios digitais, apoio para que efetivamente possam tornar-se preservadores da riqueza científica e cultural em longo prazo. Abordagens alternativas para evitar ou aliviar os conflitos e os problemas do acesso aberto devem ser explorados.

Palavras-Chave: Informação Científica; Direito Autoral; Acesso Aberto; Universidade; Direito à Informação.

Abstract: In contemporary society, access to scientific information is limited by various barriers imposed by laws that defend intellectual property. The purpose is here to discuss and analyze the dissonance between the Copyright and access to scientific literature in order to identify their impasses and alternatives. For the construction of the arguments presented here was undertaken bibliographical and documentary research followed by readings and group discussions. It was evident that the Brazilian Copyright Law protects the author or owner (publishers) to the detriment of access to scientific production, production is often financed with public funds, as is the case of public universities. As an alternative to such impasses, there was a diversity of initiatives in several countries in favor of open access. It is observed that there is only a limited number of open institutional repositories in Brazil, although they note a growing trend to create them. It is necessary to the commitment of all those involved in the production of scientific knowledge, as well as those who manage the cultural heritage. We must ensure that digital repositories, support for that actually become preservers of scientific and cultural wealth in the long term. Alternative approaches to prevent or alleviate conflicts and problems of open access should be explored.

¹ Bibliotecária, Mestranda em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior pela Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará.

² Bibliotecária, Estudante de Especialização em Tecnologias Aplicadas ao Tratamento, Recuperação e Gestão da Informação pela Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará

³ Bacharel em Direito, Mestrando em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior pela Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará

Keywords: Scientific Information, Copyright, Open Access; Right to Information.

Introdução

O conhecimento está presente em todas as ações que desenvolvemos desde a resolução de questões mais simples até a tomada de decisões em organizações. A produção, difusão e acesso informacional vem causando preocupação aos autores bem como à comunidade acadêmica. Diante deste fato, surgem indagações referentes ao livre acesso do conhecimento científico.

O presente artigo busca discutir aspectos da produção do conhecimento científico na Universidade e os modelos de acesso aberto a esse tipo de conhecimento. Ressalta-se que o conhecimento científico é gerado a partir da investigação científica, através de métodos, e passível de verificação; é gerado com a finalidade de promover soluções para as questões do homem e do meio em que habita, como também para oferecer explicações sistemáticas que possam ser testadas e verificadas. Para que esse conhecimento cause transformações é imprescindível sua total disposição e acesso à comunidade científica e a quem por ele se interesse.

O Conhecimento científico produzido dentro das Universidades públicas e, portanto com recursos públicos, deveria também ter o caráter público para o seu acesso. Frente a essa problemática, buscamos informações a respeito da temática e percebemos o prejuízo que todo esse contexto da falta de acesso aberto à produção científica tem provocado na produção do conhecimento científico e impactado nos pesquisadores e pesquisas nas bibliotecas universitárias. Isso posto, trazemos o presente tema para debate.

A Comunicação Científica e a Biblioteca Universitária

As universidades têm entre seus objetivos o desenvolvimento e a promoção do conhecimento. É através das comunicações científicas que os membros da comunidade acadêmica promovem a disseminação do conhecimento científico e das pesquisas em andamento ou concluídas. Entendemos que:

Comunicação Científica refere-se ao intercâmbio de informação e conhecimento entre cientistas, envolvendo ainda todas as questões relacionadas com a produção do conhecimento, a sua disseminação e uso. Pode ser entendida como o processo dinâmico e complexo por meio do qual o conhecimento científico é veiculado, além de proporcionar os meios de interação dentro e entre as comunidades científicas, possibilitando a criação, compartilhamento, e utilização de conhecimento. (LEITE, 2006 apud OLIVEIRA, 2008, p. 16).

Kuramoto (2008, p. 91) diz que: “a informação científica é o insumo básico para o desenvolvimento científico e tecnológico de um país. Esse tipo de informação, resultado das pesquisas científicas, é divulgado a comunidade por meio de revistas.” Assim, para que essa informação seja adquirida e cause transformações tecnológicas e sociais é imprescindível que a mesma seja acessível à comunidade científica e a quem por ela se interesse. No entanto, várias são as dificuldades relacionadas ao acesso a essas informações, podemos aqui citar o custo elevado dos periódicos, que vem ocasionar grandes discussões entre os pesquisadores.

Os cientistas e pesquisadores são, em sua maioria, mantidos por instituições que financiam suas pesquisas. Essas instituições financiadoras são as mesmas que pagam para ter acesso aos trabalhos publicados pelos seus próprios pesquisadores. Essa realidade é contrária ao que é defendido pelo Art. 5º inciso XIV, que respaldam o direito à informação, e estipula que (BRASIL, 1993) “é assegurado a todos acesso a informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”.

Corroborando apresentamos ainda, o art. 5º inciso XXXIII, que aponta a responsabilidade do governo em informar os cidadãos:

I Encontro

Todos tem direito a receber dos órgãos públicos informação de interesse particular, ou coletivo em geral, que serão prestados no prazo de lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível a segurança da sociedade e do estado. (BRASIL, 1993).

É possível apreender, a partir dessas abordagens, que é essencial promover a acessibilidade a todos os conteúdos. Ressalta-se que tais incisos contemplam o direito à informação e ao mesmo tempo priorizam o direito autoral. Com isso, verifica-se que o direito à informação é considerado público, um direito de todos os cidadãos, porém não são todas as informações a que se tem acesso.

Neste contexto as bibliotecas universitárias se caracterizam como facilitadoras da divulgação de informações, uma vez que as mesmas sempre fizeram parte das universidades e se integram às pesquisas e ao ensino da comunidade acadêmica, funcionando como aporte para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, é nela que os usuários poderão utilizar-se dos serviços informacionais ofertados.

As bibliotecas universitárias são vistas como um espaço de valorização da vida acadêmica que proporcionam meios de instrução em benefício do ensino e aprendizagem. Atuam como órgão de apoio informacional. Segundo Gomes e Barbosa (2003), a Biblioteca Universitária está relacionada à “provisão, disseminação e transferência da informação de forma a viabilizar a atuação plena da universidade nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e, principalmente, dando subsídio ao funcionamento de cursos de graduação e pós-graduação e a produção e transferência de conhecimento”. Na visão de Pizzorno (2003, p. 30):

A biblioteca universitária é um órgão de extrema importância para que a Universidade possa funcionar como agente positivo das mudanças sociais necessárias, pois é a biblioteca que possibilita, por meio de seus documentos, o conhecimento da realidade e a discussão sobre a mesma.

Diante disso, percebe-se que as bibliotecas são de grande importância para as universidades, são as responsáveis por dar suporte e oferecer serviços que atendam às necessidades informacionais de seus usuários. Partindo desse pressuposto, faz-se mister a adoção de instrumentos que possibilitem o livre acesso às informações, estabelecendo critérios que permitam a adoção de rotinas que garantam qualidade no atendimento das necessidades informacionais da comunidade acadêmica. Na discussão aqui proposta chamamos atenção especial para as publicações científicas que se encontram disponíveis em periódicos. Como destaca Severino (2000, p.198), o papel dos periódicos e das revistas científicas:

...é fundamentalmente a comunicação dos resultados dos trabalhos de pesquisa à comunidade científica e à própria sociedade como um todo. Elas promovem normas de qualidade na condução da ciência e na sua comunicação. Consolidam critérios para a avaliação da qualidade da ciência e da produtividade dos indivíduos e instituições. Consolidam áreas e subáreas de conhecimento. Garantem a memória da ciência. Representam o mais importante meio de disseminação do conhecimento em escala. São instrumentos de grande importância na constituição e institucionalização de novas disciplinas e disposições específicas.

No tocante aos periódicos podemos considerá-los como fontes informacionais de fundamental importância, pois são constituídas por novas informações, sendo indispensáveis para o resultado de pesquisas, novas interpretações de teorias ou novos acontecimentos, favorecendo a comunicação científica e a rápida difusão das informações. Fortalecendo essa ideia, Prado (1992, p. 103) diz que:

O periódico caminha muito mais a par da ciência do que os livros, pois pesquisas, descobertas ou observações chegarão, através dos periódicos, no mesmo mês ou na mesma semana às mãos, ao passo que o livro, embora com mais detalhes e estudo mais profundo, só será obtido, na melhor das hipóteses, meses depois.

Atualmente, as Bibliotecas Universitárias assinam portais eletrônicos que implicam na rápida atualização das coleções, gerando, ainda, economia de espaço, dentre outros. Mesmo com tantas vantagens, tais publicações vem gerando impasses no que se refere ao seu acesso e disposição. Assim, percebe-se a necessidade da Universidade se posicionar e buscar meios que venham a sanar as questões existentes.

Segundo Evangelista et al. (2005 apud GAMA, 2008, p. 12), “é importante o surgimento de soluções para que os profissionais da informação possam cumprir o papel de tornar pública a informação gerada pela sociedade, para que as pessoas possam utilizá-la na criação de novos conhecimentos, novos bens e riquezas [...]”.

A seguir serão abordadas algumas questões que permeiam o Direito autoral.

Direito Autoral e Produção do Conhecimento nas Universidades Públicas

Passaremos agora a uma rápida reconstrução e análise do surgimento do Direito Autoral e do impacto deste sobre a produção de conhecimento nas Universidades Públicas.

Cabe-nos, de início, alguma introdução sobre o fenômeno da autoria que deve ser analisado levando-se em conta os vários macro-fatores que sobre ele exercem influência, seja sociais, econômicos, políticos ou técnicos. Para Chartier (1999), tal fenômeno teve início na Europa, durante a Idade Média, quando, sob acusação de heresia, inúmeros documentos foram destruídos pelas autoridades religiosas e políticas que, com o intuito de punir os transgressores, tinham antes que designá-los como autores das obras censuradas. Complementa Foucault (1992, p.47) argumentando que a autoria surgiu “na medida em que o autor se tornou passível de ser punido, isto é, na medida em que os discursos se tornaram transgressores”. A regra, no entanto, era o anonimato das obras.

A partir do século XIV, o Renascimento, com valores forjados no antropocentrismo e individualismo, induziu a valorização da produção intelectual humana, como a arte e a ciência. Foi o momento histórico propício para o reconhecimento da autoria que foi intensificado pela invenção da tecnologia de impressão na década de 1440 por Johann Gutenberg (1398 – 1468). Os materiais escritos passaram a ser produzidos em ritmo crescente e os autores tiveram a oportunidade de assinarem suas obras, ganhando, a partir daí, personalidade ligada à produção. Não demorou até o surgimento do mercado gráfico e dos editores, proprietários do maquinário de imprensa e responsáveis pela distribuição da nova mercadoria que em 1557 obtiveram do governo Inglês o direito exclusivo e eterno sobre as obras. (ARAYA; VIDOTTI, 2009)

Em 1710 a primeira lei formal sobre o Direito Autoral foi promulgada na Inglaterra, o Statute of Anne, que tirou o direito sobre a obra dos editores passando-os aos autores. Em 1790 foi instituída nos EUA a primeira lei copyright (ARAYA; VIDOTTI, 2009).

No Brasil, em 11 de agosto de 1827, surge a primeira lei sobre o direito do autor que, além de criar os cursos jurídicos de Olinda e São Paulo, determinou privilégio exclusivo pelo período de 10 anos à produção acadêmica dos professores sob determinadas condições relacionadas na própria lei. A Constituição brasileira, porém, apenas em 1891, discorre sobre o tema em seu Título IV – Dos cidadãos brasileiros, Seção II – Declaração de direitos, art. 72, § 26 que declarava que “Aos autores de obras literárias e artísticas é garantido o direito exclusivo de reproduzi-las, pela imprensa ou por qualquer outro processo mecânico. Os herdeiros dos autores gozarão desse direito pelo tempo que a lei determinar”. (BRASIL, 1891). A atual Constituição Brasileira, de 1988, mantém quase nos mesmos termos a proteção aos direitos do autor da Constituição de 1891. Atualmente, a Lei 9.610, de fevereiro de 1998, disciplina o tema.

A Lei Autoral brasileira, com suas inúmeras limitações e restrições ao uso da propriedade intelectual, é tida como uma das mais rígidas do mundo, impondo sólidas barreiras ao acesso aos diversos tipos de informações científico-culturais (LIMA; SANTINI, 2008; PARANAGUÁ; BRANCO, 2009). De acordo com a legislação, cabe exclusivamente ao autor o direito de utilizar, fruir e dispor da obra, possuindo o mesmo a prerrogativa de ceder totalmente ou parcialmente seus direitos a terceiros (BRASIL, 1998).

Sem nos atermos demasiadamente a tecnicismos e exegeses jurídicas, visto não ser o objetivo do presente estudo, passaremos a analisar alguns impactos do Direito Autoral na produção e disseminação do conhecimento científico produzido em Universidades Públicas brasileiras. Cabe-nos levantar a discussão em torno do acesso ao conhecimento produzido através de recursos públicos.

No Brasil, atualmente, os recursos públicos são os principais responsáveis pelo financiamento da pesquisa científica. Tal financiamento realiza-se através da infraestrutura universitária, pagamento de funcionários docentes e não docentes, equipamentos laboratoriais e recursos diretos para projetos e bolsas de estudos (CRAVEIRO; MACHADO; ORTELLADO, 2010).

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é a agência governamental brasileira responsável pela avaliação da pós-graduação nacional *stricto sensu* e pelo acesso e divulgação da produção científica, entre outras incumbências⁴. A CAPES, ao avaliar os Programas de Pós-Graduações nacionais, utiliza como principal índice de avaliação a quantidade de publicações de artigos em revistas qualificadas. Atualmente, os artigos científicos são o meio mais eficiente de divulgação do conhecimento científico, deixando a comunidade científica a par de métodos, referenciais teóricos e resultados com rapidez (BARBA, 2012). No entanto, após a produção e publicação de pesquisas publicamente financiadas, surgem diversas barreiras ao acesso das mesmas pela comunidade acadêmica.

Ao publicar em periódicos científicos, o autor do artigo/pesquisa cede seus direitos autorais ao editor que, geralmente, condiciona o acesso à informação à assinatura do periódico ou pagamento direto de certa quantia que pode variar de acordo com a excelência da informação solicitada. Somado a essa equação, conforme aponta Craveiro, Machado e Ortellado (2010), ocorre a ação oligopólica de conglomerados editoriais que, ao se apropriarem de editoras menores, buscam o controle da informação científica. O autor aponta sobre as editoras: “Para se ter uma ideia da concentração, a Reed Elsevier, por exemplo, afirma possuir 12.500 periódicos científicos em seu catálogo, a Thomson outras 8.500 e a Springer Verlag, 1.800” (CRAVEIRO; MACHADO; ORTELLADO, 2010, p. 15).

Não existem, no Brasil, políticas que limitem a apropriação pelas editoras dos conhecimentos científicos gerados com financiamento público. Mesmo após todo os recursos investidos na produção do conhecimento, o Estado acaba por ter de pagar novamente pelo seu acesso. No ano de 2010, a União investiu na aquisição de periódicos o valor aproximado, em dólar, de US\$ 61.180.065,00⁵.

Open access

Open Access (acesso aberto) é a disponibilidade livre e pública do conhecimento científico de forma a permitir a todo e qualquer usuário a leitura, download, cópia, impressão, distribuição ou uso para propósito legal. Os formatos principais de acesso aberto ligado ao co-

⁴ Dados disponíveis no site da CAPES: <http://www.capes.gov.br/>

⁵ Dados disponíveis no site da CAPES: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>

Encontro
nhecimento científico são os repositórios digitais e as revistas científicas online. Dentre suas vantagens estão: acessibilidade e visibilidade à produção científica, redução de custos, integração e rapidez na circulação da informação.

O movimento open access (acesso aberto) iniciou-se com a Declaração de Budapeste (Budapest Open Access Initiatives) em dezembro de 2001, quando as universidades europeias foram envolvidas num esforço internacional para fazer artigos de pesquisa em todas as áreas acadêmicas disponíveis gratuitamente na internet, ou seja, o acesso aberto à literatura remota acadêmica. Essa iniciativa foi assinada por todos os participantes de Budapeste e um número crescente de indivíduos e organizações que representavam pesquisadores, universidades, laboratórios, bibliotecas, fundações, revistas, editoras, associações e afins à iniciativa do acesso aberto. Várias iniciativas, nesse sentido, surgiram em apoio ao movimento open access: Association College & Research Libraries (ACRL), princípios e estratégias para a reforma da comunicação científica, 28 de agosto de 2003, Bethesda Statement on Open Access Publishing, 20 de junho de 2003; Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities, 22 de outubro de 2003; Organização das Nações Unidas (ONU) Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação Declaração de Princípios e o Plano de Ação, 12 de dezembro de 2003; Organização para a Cooperação e Declaração de Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre o acesso aos dados da investigação financiada por fundos públicos, 30 de janeiro de 2004; a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) divulgou a Declaração da IFLA sobre o Acesso Livre à literatura acadêmica e documentação de investigação, 24 de fevereiro de 2004; Declaração de Salvador: Compromisso com a Equidade, 23 de setembro de 2005.

Na Declaração de Budapeste foi apontada duas rotas para publicação em acesso aberto que são a via dourada e a via verde. Segundo Montano (2009, p. 302), a via dourada configura-se em publicar em revistas de acesso gratuito e universal para o usuário final, enquanto que a via verde trate-se de depositar os trabalhos científicos em repositórios.

Para Sánchez-Martín; Rodriguez; Mavrich (2009, p. 734) o monopólio que as grandes editoras têm exercido sobre a literatura científica durante parte do século XIX por todo o século XX é derivado por diversos problemas: assinaturas de revistas científicas estão se tornando mais caras, os autores sentem cada vez menos direitos respeitados, agências de fomento à pesquisa perderam sua propriedade intelectual, uma vez que decidiram publicar dados de suas observações, sem receber nada em troca do prestígio. Por sua vez, os editores têm obtido benefício financeiro das contribuições dos autores e as organizações a que pertencem esses, e se estabeleceram como proprietário do conteúdo intelectual. O movimento rumo ao acesso aberto foi construído por mais de uma década, surgiu dentro da comunidade científica preocupada em maximizar a difusão e impacto dos trabalhos acadêmicos.

Esta moção tomou forma concreta em três declarações: Declaração de Budapeste, Declaração de Bethesda e Declaração de Berlim. Segundo a Budapest Open Access Initiative (2002), a finalidade do acesso livre seria desfazer as barreiras que impedem o acesso a esta literatura que conseqüentemente irá acelerar a pesquisa, fortalecer a educação e difundir o conhecimento de maneira geral, tirando dela seu máximo proveito e assentando as bases para a união da humanidade em uma ampla e inédita conversação intelectual comum em sua marcha pelo conhecimento.

No Brasil, o movimento do open access tomou forma em 2005 com o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica, com a Declaração de Salvador sobre Acesso Aberto e, com a Carta de São Paulo. Em 2006 ocorreu a Declaração de Florianópolis. Todos visando contribuir para a transformação da comunicação científica no país.

I Encontro

O acesso livre, [...] é simultaneamente o resultado: (1) de uma reação dos pesquisadores ao modelo de negócios de editoras comerciais de revistas científicas (e seus preços cada vez mais altos [...] de assinatura); e da (2) crescente conscientização do aumento de impacto provocado pela disponibilização de documentos científicos livres de barreiras ao acesso (BAPTISTA et al., 2007, p. 2).

O acesso aberto anda de mãos dadas com o ensino superior, embora não digam respeito apenas às Instituições de Ensino Superior e às pessoas que giram em torno. Abrir o acesso a todos os resultados de pesquisas, dados, relatórios e todo tipo de texto acadêmico soa como paraíso para estudantes e pesquisadores, que se esforçam para encontrar a bibliografia mais recente através dos recursos disponíveis nas bibliotecas universitárias.

A internet alterou completamente a forma de como matérias e documentos científicos são fornecidos, ou seja, o manejo tradicional das coleções mudou e trouxe consequências sobre as relações entre editoras, bibliotecas e leitores, criando um novo modelo para comunicação acadêmica. Todo esse contexto tem exigido a colaboração das autoridades, universidades, bibliotecas e também dos pesquisadores.

Em 2004, a Organização para a Cooperação e Declaração de Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicou comunicado na qual instou aos países signatários a promover o acesso livre para documentação científica gerada por pesquisas financiadas com recursos públicos, de modo a obter o máximo de fomento do investimento e a promover o progresso através do conhecimento científico

Segundo Baptista et al. (2007, p. 2), “O mote do movimento mundial em favor do acesso livre a resultados de pesquisa, portanto, é a disseminação ampla e irrestrita dos resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos.”

De acordo com Bravo e Diez (2007), os pontos fortes do movimento de open access residem nas suas vantagens com respeito à disponibilidade e ao acesso a publicações eletrônicas e que o seu sucesso está nas mãos das autoridades educacionais, pesquisadores, universidades, editoras e gestores de repositórios de pesquisas.

Ainda segundo Falk (2004), a ideia de que deveria haver acesso aberto para o resultado de trabalhos científicos e acadêmicos que começou com cientistas e bibliotecários de pesquisa e foi sendo construído lentamente, porém agora parece ter entrado num período de explosivo crescimento, com o apoio muito amplo de bibliotecas, grupos profissionais, universidades e até mesmo editoras de revistas.

Nos EUA e Reino Unido os legisladores estão empenhados em exigir o livre acesso às publicações científicas que resultem de pesquisas financiadas pelo governo. As organizações que financiam as pesquisas têm investido na divulgação mais ampla possível dos resultados das investigações e estão em movimento para promover o acesso aberto às mesmas. Esse movimento tem se espalhado em âmbito mundial, e o anseio por rapidez por parte do público, tem levado os autores a postarem seus artigos ou trabalhos em alguns repositórios de acesso aberto.

O futuro, segundo Chantavaridou (2009) serão de repositórios com serviços de colheita e projetos transfronteiriços, onde as campanhas governamentais devem entrar, depois de anos em que apenas pesquisadores e acadêmicos lutam para que suas vozes sejam ouvidas.

Open access no Mundo : comparativo

A evolução do movimento de acesso aberto é uma tendência mundial, caracterizada, principalmente, pelas iniciativas gestadas dentro das comunidades acadêmicas. Por meio de

las, são apresentadas ações, que buscam viabilizar o acesso aberto à produção científica. Dentre estas ações, destacamos as seguintes:

O Director of Open Access Repositories (OpenDoar), serviço que lista os repositórios acadêmicos de acesso livre. Permite que o usuário realize a busca de artigos originais nos repositórios e seus conteúdos (BRAVO; DIEZ, 2007). É um dos serviços do Securing a Hybrid Environment for Research Preservation and Access (SHERPA), executado pelo [Centre for Research Communications](#) (CRC) pela Universidade de Nottingham, do Reino Unido. Ele tem sido identificado como um recurso fundamental para o open access, segundo Oliver e Swain (2006), assim como é identificado como o líder em diretórios de repositório.

Chantavaridou (2009) descreve várias iniciativas de acesso aberto na Europa, tais como:

a) O SHERPA, do Reino Unido, é consórcio formado por 33 parceiros e afiliadas, inclui Universidades de grande e pequeno porte (Cambridge, Oxford, Edinburg) bem como a Biblioteca Britânica;

b) O Digital Academic Repositories (DARE), é um repositório digital acadêmico desenvolvido nas Universidades Holandesas cujo objetivo é tornar os resultados das pesquisas de suas universidades, de forma pública e disponíveis em meio eletrônico.

c) A Digitala Vetenskapliga Arkivet (DIVA), dos países escandinavos, portal que suporta a publicação eletrônica de 15 universidades da Suécia e da Noruega, contém principalmente teses e relatórios de pesquisas, preprints e posprints de artigos.

Norwegian Open Research Archives (NORA), projeto de iniciativa da Noruega criada para facilitar a padronização entre os repositório de acesso aberto, acadêmicos ou não.

OpenAccess.se, projeto liderado pela Biblioteca Nacional da Suécia para promover o máximo de acessibilidade aos trabalhos científicos produzidos.

A Universidade de Southampton (Reino Unido) desenvolveu um software para a criação de repositórios EPrints.

O arXiv criado pelo físico Paul Ginsparg disponibiliza um grande número de documentos em física, matemática, ciência da computação, biologia e estatísticas.

O Flexible Architecture Repositorio Extensible Digital Object (Fedora), software para sistemas digitais de repositórios abertos, desenvolvido pela Universidade de Cornell juntamente com a Universidade de Virgínia é não somente para comunicação acadêmica, mas também para arquivos digitais, sistemas de acesso aberto de periódicos etc.

Rights Metadata for Open-archiving (ROMEIO), projeto desenvolvido, em 2003, pelo Reino Unido, movimento que adotou duas principais estratégias que são auto-arquivamento do autor em repositórios institucionais e a disponibilidade gratuita de revistas eletrônicas (GADD; OPPENHEIM; PROBETS, 2003).

Diante desse panorama, evidencia-se a necessidade do Brasil promover iniciativas favoráveis ao open access, através da implantação de instrumentos capazes de disponibilizar as comunicações científicas. Contudo, verifica-se que propostas estão sendo apresentadas, das quais se menciona o Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2011 que dispõe sobre o processo de registro e disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, bem como as unidades de pesquisa no Brasil e dá outras providências. Importante observar que aceitação do projeto provocará otimização do acesso à produção científica acadêmica, uma vez que o mesmo propõe a criação obrigatória de repositórios institucionais, conforme descrito no artigo 1º do referido Projeto de Lei:

I Encontro Instituições de Ensino Superior

As instituições de educação superior de caráter público, bem como as unidades de pesquisa, ficam obrigadas a construir repositórios institucionais de acesso livre, nos quais deverá ser depositado, obrigatoriamente, o inteiro teor da produção técnico-científica conclusiva dos estudantes aprovados em cursos de mestrado, doutorado, pós-doutorado ou similar, assim como, da produção técnico-científica, resultado de pesquisas científicas realizadas por seus professores, pesquisadores e colaboradores, apoiados com recursos públicos para acesso livre na rede mundial de computadores. (BRASIL, 2011).

Há ainda o DSpace, software desenvolvido em conjunto pelas bibliotecas do Massachusetts Institute of Technology (MIT) da Cambridge University e Hewlett-Packard (HP). O sistema DSpace possibilita a criação de repositórios digitais com funções de captura, distribuição e preservação da produção intelectual, permitindo sua adoção por outras instituições em forma consorciada federada. [...] Os repositórios DSpace permitem o gerenciamento da produção científica em qualquer tipo de material digital, dando-lhe maior visibilidade e garantindo a sua acessibilidade ao longo do tempo (INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2012).

É importante observar que no Brasil as Instituições de Ensino Superior (IES) utilizam esse software com a finalidade de construir seus repositórios institucionais. Como exemplo, destacam-se as seguintes instituições: Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal de São Paulo, entre outras, podendo ser conferidas no site do IBICT⁷.

Na China, há o chamado licenciamento legal que é uma espécie não voluntária de licenciamento, quando os usuários podem explorar os documentos sem a permissão do titular, mas tendo que pagar indenização e sem o prejuízo de outros direitos do proprietário, válidos para livros didáticos, gravações de som. Também, há organizações de gestão coletiva de direitos que representam os interesses dos proprietários de direito sobre as obras, podem celebrar contrato de licenciamento com os usuários para exploração. Enfatiza-se que, tal licenciamento é contraditório, uma vez que permitindo acesso ao documento, não deveria haver pagamentos pelo uso do mesmo. Dessa forma, essa iniciativa restringe o acesso ao invés de torná-lo aberto.

Vale ainda ressaltar que, o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica (2008) expõe modelo contrário ao apresentado pelo licenciamento legal da China, o qual preconiza como condição satisfatória para o acesso aberto as seguintes condições:

- os(s) autor(es) e o(s) detentores dos direitos de tais contribuições concede(m) a todos os usuários:
- direito gratuito, irrevogável e irrestrito de acessá-las;
 - licença para copiá-las, usá-las, distribuí-las, transmiti-las e exibi-las publicamente;
 - licença para realizar e distribuir obras derivadas, em qualquer suporte digital para qualquer propósito responsável, em obediência à correta atribuição da autoria (as regras da comunidade continuarão a fornecer mecanismos para impor a atribuição e uso responsável dos trabalhos publicados, como acontece no presente) e com a garantia de fazer cópias.

Esse manifesto vem ao encontro de grupos com interesses pela informação científica disponível livremente para acesso, são eles: as instituições acadêmicas, os pesquisadores (autores), as agências de fomento, as editoras comerciais de publicações científicas e editoras não comerciais.

A ideia é que “[...] cópias dos resultados de pesquisas científicas financiadas com

⁷ Disponível em: <http://dspace.ibict.br/index.php?option=com_content&task=view&id=51&Itemid=92>.

recursos públicos estejam disponíveis para qualquer interessado, sem custo, nos chamados ‘repositórios de acesso livre’.” Tendo em vista, “a informação científica [ser um] insumo básico para o desenvolvimento científico e tecnológico de uma nação.” (REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA, 2005).

Outras iniciativas relacionadas ao acesso à informação científica vislumbram o direito autoral, a fim de incentivar a inserção dos autores nos movimento que defendem a causa do acesso aberto. O Super Star Reader (SSREADER) é um modelo de solução bem sucedida do *copyright* digital criado, em 2000, na China, espécie de negociação rosto a rosto entre usuário e autor (XIANRONG; XIAO, 2009).

Creative Commons Licensing, uma espécie de licenciamento de direitos autorais na *internet*, específicas para *sites*, trabalhos acadêmicos, músicas, filmes, fotografias, obras de literatura etc., baseados na concessão de direitos básicos (XIANRONG; XIAO, 2009).

Destacam-se ainda, as bibliotecas digitais que oferecem serviços como consulta livre aos documentos remotos e objetivam reduzir a questão do espaço. No Brasil temos grandes exemplos dessas bibliotecas que são a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), a BDJur, a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), idealizada pelo IBICT, que é um consórcio de Teses e Dissertações Eletrônicas (ETD’s) reunindo o catálogo coletivo de instituições cooperantes. O portal Domínio Público é um ambiente virtual com objetivo de promover acesso às obras científicas, literárias e artísticas que já estejam em domínio público ou tenham divulgação autorizada.

No Brasil, um dos maiores exemplos de acesso aberto é o Portal de Periódico da CAPES. Ele reúne e disponibiliza a produção científica nacional e internacional para várias instituições de ensino e pesquisa brasileiras. Seu acervo consta de 30 mil títulos com acesso a texto completo, assim como 130 bases referenciais e 10 dedicadas a patentes, além de livros, enciclopédias, obras de referência, material audiovisual, normas técnicas e dados estatísticos (CAPES, 2010).

Também o portal SCIELO, iniciativa do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME) com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), sistema eletrônico de acesso a textos completos de revistas científicas. Disponibiliza importantes periódicos científicos brasileiros. Destaca-se como a primeira iniciativa de acesso livre em países em desenvolvimento.

Materiais e Métodos

Para a realização desta pesquisa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, além de encontros periódicos, a fim de realizar discussões acerca do material estudado.

Resultados Parciais

As Universidades são as principais responsáveis pela produção do conhecimento científico. Nota-se, atualmente, que uma parcela significativa destas informações está sendo apropriada por grandes conglomerados de editoras de periódicos científicos, causando danos à comunidade acadêmica, já que tais editoras estabelecem valores exorbitantes para o acesso às publicações produzidas através do financiamento público.

Deparamo-nos, então, com um modelo onde todas as etapas da produção do conhecimento científico, muitas vezes financiadas por recursos públicos, trazem benefícios econômicos às editoras através dos direitos autorais cedidos pelos pesquisadores, oferecendo contrapartidas quase nulas, atuando quase que somente como a retentora dos lucros da atividade comercial de exploração da informação.

Evidenciou-se que o acesso aberto é uma tendência mundial com iniciativas observadas em muitas Universidades sem indícios de apoio governamental.

Considerações Finais

Verifica-se a preocupação das universidades em dispor a produção científica realizada pelos docentes e discentes que compõem a instituição, de forma a torná-la acessível, porém as informações são resguardadas pelos direitos autorais, e exigem permissão do autor para acessá-las, reproduzi-las, e até lançar novos olhares sobre suas ideias iniciais. Para tanto, essa literatura científica merece um tratamento especial, visto que ela contribui com a educação, as pesquisas científicas e o desenvolvimento tecnológico, econômico e cultural.

O acesso ao conteúdo digitalizado das informações científicas é uma questão de prioridade máxima para qualquer cidadão:

[...] O posicionamento tradicional é que os serviços bibliotecários são um bem público (domínio público) e que o acesso livre à informação é um direito fundamental de cada cidadão em uma sociedade democrática. Este posicionamento reflete uma visível preocupação com a finalidade e a justiça social (TARAPANOFF; ARAÚJO JÚNIOR; CORMIER, 2000, p. 92).

Todo esse cenário requer uma mudança de paradigma, pois no modelo atual para comunicar os resultados das investigações científicas, as universidades são o grande perdedor, enquanto que, as editoras são as vencedoras principais, pois geralmente exigem dos autores a cessão de seus direitos autorais, por meio de documento formal e assinado.

Observa-se que existe apenas um número limitado de repositórios abertos institucionais no Brasil, embora se perceba uma tendência crescente para criá-los. Um passo importante para os repositórios institucionais é definir mecanismos de avaliação por pares rigorosos de modo a garantir a qualidade do trabalho científico depositado, isso é essencial para que se obtenha o mesmo reconhecimento dos trabalhos publicados nas revistas científicas.

Faz-se necessário o compromisso de todos aqueles envolvidos na produção do conhecimento científico, como também daqueles que gerenciam o patrimônio cultural. Há que se garantir aos repositórios digitais, apoio para que efetivamente possam tornar-se preservadores da riqueza científica e cultural em longo prazo.

Segundo Xianroung e Xiao (2010), as modernas técnicas de comunicação trazem oportunidades ao progresso científico, educacional e desenvolvimento cultural, enquanto que, em outras circunstâncias, podem gerar problemas no acesso. No entanto, é claro que a “partilha on-line da literatura científica” tornou-se uma grande propensão em todo o mundo.

Abordagens alternativas para evitar ou aliviar os conflitos e os problemas do acesso aberto devem ser explorados.

Referências

ARAYA, Elizabeth Roxana Mass; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório. Direito autoral e tecnologias de informação e comunicação no contexto da produção, uso e disseminação de informação: um olhar para as Licenças Creative Commons. Inf. & Soc. João Pessoa, v.19, n.3, p. 39-51, set./dez. 2009.

BARBA, Clarides H. Orientações básicas na elaboração do artigo científico. Disponível em: <<http://www.unir.br/html/pesquisa/Pibic/Elaboracao%20de%20Artigo%20Cientifico2006.doc>>. Acesso em: 25 de março de 2012.

BAPTISTA, A. A.; COSTA, S. M. de S.; KURAMOTO, H.; RODRIGUES, E. Comunicação científica: o papel do Open Archives Initiative no contexto do acesso livre. Enc. Bibli: R. Ele-

tr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n. esp., p. 1-17, 2007. Disponível em: <<http://www-journal.ufsc.br/index.php/eb/article/viewArticle/377>>. Acesso em: 30 mar. 2012.

BRASIL. Constituição (1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891). Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 31 mar. 2012.

BRASIL, Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 25 de março de 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo : Atlas, 1993.

BRASIL. Projeto de Lei do Senado Nº 387, de 06 de julho de 2011. Dispõe sobre o processo de registro e disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, bem como as unidades de pesquisa no Brasil e dá outras providências. DSF, Brasília, DF, 06 de julho de 2011. Disponível em: <<http://www.unir.br/html/pesquisa/Pibic/Elaboracao%20de%20Artigo%20Cientifico2006.doc>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

BRAVO, Blanca Rodriguez; DIEZ, Maria Luisa Alvite. E-science na dopen Access repositories in Spain. OCLC Systems & Services International digital library. v. 23, n.2, p. 362-371. 2007.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. 2002. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:wizlqt_bsw0J:www.soros.org/openaccess+www.soros.org/openaccess&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 20 mar. 2012.

CHANTAVARIDOU, Elisavet. Contributions of open Access to higher education in Europe and vice versa. OCLC Systems & Services International digital library. V. 25, n.3, p.167-174, 2009.

CHARTIER, Roger. A aventura do livro: do leitor ao navegador. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

CRAVEIRO, G.; MACHADO, J.; ORTELLADO, P. (Orgs.). A Cadeia de Produção de Artigos Científicos no Brasil: Financiamento Público e Acesso ao Conhecimento. São Paulo: Universidade de São Paulo. Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso a Informação; Bauru, SP: Canal 6, 2010. 44 p. (Cadernos GPOPAI, v. 5). Disponível em: <http://www.gpopai.usp.br/wiki/images/1/13/Book_05.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2012.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Missão e objetivos: o Portal de Periódicos da Capes. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcontent&view=pcontent&alias=missao-objetivos&mn=69&smn=74>. Acesso em: 20 abr. 2012.

FALK, Howard. Open access gains momentum. The electronic Library. v. 22, n. 6, p. 527-530. 2004.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? 3. Ed. Lisboa: Veja, 1992.

GADD, E.; OPPENHEIM, C.; PROBETS, S. RoMEO studies 1: the impact of copyright ownership on academic author self-archiving. Journal of Documentation, v. 59, n. 3, p. 243-277, 2003.

GAMA, Janete Gonçalves de Oliveira. Direito à informação e direitos autorais: desafios e soluções para os serviços de informação em bibliotecas universitárias. 2008.70p. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas (SP), 2008.

GOMES, L. C. V. B. ; BARBOSA, M. L. Impacto da Aplicação das tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) no funcionamento das Bibliotecas Universitárias. In: IV CINFORM – ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E II SNBU-NE – II SEMINÁRIO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS DO NORDESTE, 2003, Salvador. Anais... Salvador : UFBA, 2003. p. 139-152.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Sistema para Construção de Repositórios Institucionais Digitais (DSpace) – repositórios digitais. Disponível em: <<http://dspace.ibict.br/>>. Acesso em: 30 mar. 2012.

KURAMOTO, Hélio. Acesso livre à informação científica : novos desafios. Liinc em Revista, v. 4, n. 2, p. 154-157, set. 2008.

LIMA, C. M. DE; SANTINI, R. M. Copyleft e licenças criativas de uso de informação na sociedade da informação. Ciência da Informação, Brasília, v. 37, n. 1, p. 121-128. 2008.

MANIFESTO Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica. Disponível em: <<http://kuramoto.files.wordpress.com/2008/09/manifesto-sobre-o-acesso-livre-a-informacao-cientifica.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2012.

MONTANO, B. San José. Acceso abierto (Open Access), um modelo necesario de comunicación científica. Rev. Pediatr. Aten. Primaria, Madrid, v.11, n.42, p. 299-311, abr./ju. 2009.

OLIVEIRA, Larissa Melo Bezerra de. O direito autoral no acesso aberto à literatura científica. 2008. Monografia (Graduação em Biblioteconomia). Universidade de Brasília. Brasília. 2008.

PARANAGUÁ, P.; BRANCO, S. Direitos autorais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

PIZZORNO, Ana Cláudia Philippi et al. Curso de extensão a distância : interagindo na Biblioteca Universitária : espaços e serviços. Florianópolis : Unisul Virtual, 2003.

PRADO, Heloísa de Almeida. Organização e administração de bibliotecas. 2. ed. São Paulo : T.ª Queiroz, 1992.

REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA. Ibict lança manifesto pelo acesso livre à informação científica. Rio de Janeiro, 14 set. 2005. Disponível em: <<http://www.rnp.br/noticias/imprensa/2005/not-imp-050914b.html>>. Acesso em: 22 maio 2012.

SÁNCHEZ-MARTÍN, Francisco M.; RODRIGUEZ, Félix Millan; MAVRICH, Humberto Villavicencio. La Iniciativa open access (OAI) en la literatura científica. Actas Urológicas Españolas, Madrid, v. 33, n.7, p.732-740, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. As revistas científicas brasileiras. In: _____. Metodologia do trabalho científico. 21. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000.

TARAPANOFF, Kira; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de; CORMIER, Patrícia Marie Jeanne. Sociedade da informação e inteligência em unidades de informação. Ci. Inf., Brasília, v.29, n. 3, p. 91-100, set./dez. 2000.

XIANRONG, Huang; XIAO, Li. Exploring copyright solutions to online-sharing of scientific literature. Library Hi Tech. v.28, n. 3, p. 478-488, 2010.